

MEMÓRIAS E PRÁTICAS DE INSTITUIÇÕES TOTAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Esta sessão coordenada reúne pesquisadores de diferentes campos disciplinares – Educação, Psicologia, História, Serviço Social, Linguística - que lançam seus olhares sobre diferentes práticas institucionais no contexto das chamadas instituições totais, segundo o sociólogo Erving Goffman. Partindo da observação empírica e/ou de pesquisa documental, o conjunto de pesquisas aqui reunidas se debruça sobre diferentes instituições da esfera da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro – prisões, escolas nas prisões e hospitais de custódia – com o intuito de problematizar seu papel, suas relações e sua centralidade/marginalidade na contemporaneidade à luz da compreensão dos processos sócio históricos nas quais foram engendradas e através das quais ainda se configuram como centrais na abordagem do controle social e da docilidade dos corpos em uma perspectiva foucaultiana. Neste sentido, as investigações encontram-se no seio do campo inter/transdisciplinar da Memória Social, na medida em que, ao olharem para o passado, a partir de preocupações e questões do presente, ambicionam compreender e refletir sobre os possíveis futuros caminhos para tais contextos institucionais em meio a discussões e ações do setor público brasileiro, cada vez mais orientado para uma política de claras tendências neoliberais. Proporcionar uma discussão teoricamente ancorada sobre os processos de criação, manutenção e modificação de práticas dessas instituições, além de possibilitar a problematização da categoria “instituição total”, é de suma relevância para a compreensão da violência na nossa sociedade.

Campo do conhecimento: memória social

MEMÓRIAS DE UMA INSTITUIÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO: ANÁLISE DE PRÁTICAS DISCURSIVAS NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO.

Heitor Carrilho, Diana de Souza Pinto (Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)

Este trabalho integra um projeto institucional interdisciplinar em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO que visa a investigar e construir a memória do Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho, situado na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro manicômio judiciário da América Latina, fundado em 1921. Essa instituição híbrida, que visava à internação de criminosos considerados, pelo sistema judiciário, incapazes de avaliar seus atos no momento do crime cometido em função de um transtorno mental, desde 2010, passa por mudanças institucionais face às atuais políticas de saúde mental no Brasil (Lei Antimanicomial 10.216/2001,) orientando-se para a progressiva desospitalização dos desinternados/abrigados. Com base em uma transcrição de uma interação gravada em vídeo, da qual participam profissionais de saúde mental, pacientes abrigados e pesquisadores da equipe do projeto. Esta interação acontece por ocasião da saída de dois pacientes abrigados, acompanhados das assistentes sociais e/ou psicólogas responsáveis pelos seus casos, para a obtenção de documentos que os permitiria pleitear o benefício do programa do governo federal De volta para Casa. Este trabalho objetiva examinar como a sequência discursiva em questão integra e dá corpo às mudanças de práticas sociais nessa instituição em transformação. Para este trabalho, adotamos o arcabouço teórico da análise do discurso em uma perspectiva de base interacionista, que concebe o discurso como prática social, ancorando-se, ainda, nas categorias de habitus e gênero discursivo. Fundamentalmente, almeja-se responder à seguinte questão: como as produções discursivas, construídas a

partir de um conjunto de expectativas e procedimentos interpretativos historicamente situados, se relacionam com o mundo sócio cultural no qual são engendradas? Em um primeiro momento, a análise identificou aspectos formais e funcionais que apontam para os deslizamentos entre os macrogêneros discursivos conversa informal e entrevista. A observação das sutis mudanças de enquadres – o que está acontecendo aqui e agora quando interajo com meu interlocutor – sinalizados, sobretudo, por pistas não verbais também aponta para uma contínua modificação nos papéis sociais e discursivos dos participantes da interação, com a progressiva mitigação das assimetrias entre, por exemplo, entrevistadora/profissional de saúde e entrevistado/paciente abrigado. A microanálise empreendida sugere uma relação de mão dupla entre o contexto da interação e o processo de transformação que a instituição atravessa atualmente. Por fim, cabe destacar que as várias experiências de vida que nos constituem se tornam significativas à medida que as transformamos em objetos da memória que, com seu inerente filtro de lembrar/esquecer, tem o poder de reconstruir tais experiências de modo que sejamos capazes de produzir alternativas de, a partir do passado, vislumbrar o horizonte futuro. Com essa finalidade, objetivamos explicitar alguns processos discursivos constitutivos do presente dessa instituição que apontam para uma memória de construção de cidadania de seus atuais abrigados à luz de um passado que, outrora, sob a chancela legitimada dos saberes médico e jurídico, os excluía e segregava.

Apoio financeiro/Bolsa: apoio bolsa de Iniciação Científica UNIRIO/CNPq

Nível do trabalho: Pesquisador - P

Palavras-chave: memória, práticas discursivas, hospital de custódia e tratamento

Área da Psicologia: SMENTAL - Saúde Mental

O PROCESSO DE EXTINÇÃO DO PRIMEIRO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO BRASIL.

*Ana Luíza G. dos Santos** (Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ). Francisco Ramos de Farias (Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)*

O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho (HCTPHH) fez parte de uma engrenagem com funções híbridas de tratar e custodiar loucos-criminosos que pertenceu, respectivamente, ao Ministério da Saúde e ao Sistema Penitenciário, desde a sua criação em 1921. Na última década, a partir de várias reestruturações dos três HCTP existentes no Rio de Janeiro, a instituição acima referida foi oficialmente desmembrada em março de 2013, tornando-se o Instituto de Perícia Heitor Carrilho e seu anexo, com desinternados abrigados a serem reinseridos psicossocialmente. A proposta de doutoramento se situa no estudo de memória social do processo de extinção institucional do primeiro manicômio judiciário no Brasil, em parte produto de reorientações governamentais iniciadas em 2002. Considera-se o HCTPHH como um “lugar de memória”, seguindo concepção de Pierre Nora, cuja intenção de preservação se materializa concretamente, visto que a memória não é uma operação natural e espontânea. Cabe esclarecer de que não se trata de uma defesa da manutenção de instituições manicomiais, mas de uma leitura crítica das Instituições Totais de atendimento à população com transtorno mental em conflito com a lei. O uso das abordagens da memória social não implica na reconstituição exata do passado, mas de sua construção social, a partir dos múltiplos atores constituintes dos fatos nas suas lutas e jogos de poder em tensão permanente. Busca-se o registro não só de locais materiais; consideram-se os percalços dos esquecimentos, lapsos e das seletividades da memória

dos informantes. Para a concretização da pesquisa, são realizadas pesquisas documentais do período das reestruturações até sua extinção e entrevistas com informantes-chave dos campos técnicos e gestor dos campos da Psiquiatria Forense e do judiciário. A análise de conteúdo permitirá analisar as características sintáticas e semânticas, identificando, principalmente, como algo é dito ou escrito em seus temas, permitindo avaliações longitudinais das flutuações, regularidades ou irregularidades, acerca das temáticas com fins comparativos dos contextos evidenciados em questão. Os processos constitutivos desta extinção levam a movimentos de direções múltiplas, não excludentes em si. A primeira remete à destruição institucional sumária, sem reflexão do seu denso passado, voltando-se a uma mera redução quantitativa de HCTP a despeito dos princípios da política antimanicomial. A segunda, a criação do Instituto de Perícia, revigora as ideias primordiais do início do Manicômio Judiciário, a perícia da psiquiatria forense como locus da produção de saberes e poderes sobre o louco-criminoso e, por último, a proposta da perícia multiprofissional como porta de entrada à captação de excluídos sociais mais vulneráveis no sistema penal.

Nível do trabalho: Doutorado - D

Palavras-chave: sistema penitenciário, memória social, saúde mental

Área da Psicologia: SMENTAL - Saúde Mental

A INVERSÃO PANÓPTICA NAS PRISÕES DO RIO DE JANEIRO E AS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE CARCERÁRIO. *Sandra de Almeida Figueira* **

(Programa de Pós Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)

A instituição prisão, local em que pessoas que transgridem as normas sociais e devem cumprir sua sentença, é uma invenção de controle social que data de aproximadamente trezentos anos. Em sua implantação, ocorreu empenho por parte do Estado, dos juristas e de muitos teóricos, com o objetivo de tornarem os transgressores trabalhadores úteis, enquadrando-os às normas sociais. No século XVIII e XIX, as ideias utilitaristas de Jeremy Bentham, associadas ao modelo arquitetônico de Samuel Bentham, indicaram uma construção que permitisse a vigilância, observação e anotação do comportamento total dos indivíduos nas instituições. O objetivo do modelo na prisão era evitar as fugas e avaliar se os transgressores observados pelo olhar contínuo estavam alterando suas condutas, através da disciplina e da correção, para retornarem à sociedade como bons cidadãos e trabalhadores. A concepção arquitetônica recebeu o nome de panóptico, a visão e observação total de alguns vigilantes sobre determinado grupo, conforme concluíram Foucault, Melossi e Pavarini. A partir de nossa práxis por duas décadas nas prisões do Estado do Rio de Janeiro, analisamos que os vigilantes não detinham o olhar panóptico, o que nos instigou a compreender como as pessoas eram mantidas presas na ausência desse olhar do vigilante. Identificamos, ainda, que esse olhar privilegiado era exercido, naquele contexto, pelos presos, um objeto inédito de pesquisa que evocava diversas questões de diferentes áreas do conhecimento, o que nos direcionou para o exame da inversão do olhar no campo transdisciplinar da Memória Social. Concluímos que esse olhar inverso proporcionou diferentes estratégias nas relações de poder nas prisões, o que nos permitiu desenvolver uma nova proposta sobre o estudo das prisões que apresentam o modelo arquitetônico vertical. Na pesquisa em documentos escritos e imagéticos, as prisões verticais, construídas no Rio de Janeiro, principalmente a partir de 1940, engendraram novas estratégias e táticas de controle do indivíduo encarcerado. Elas envolveram a utilização de outros sentidos dos vigilantes, como o olfato, a audição

e o tato, e também práticas de obtenção de informações através dos próprios presos, sobre as ações de outros reclusos e, também, de funcionários. Essas práticas começaram a partir do privilégio do olhar do recluso sobre o movimento interno e externo dos cárceres, já que ocupavam as celas, pavilhões e prédios com quatro andares de altura, muito acima dos postos dos vigilantes. Por isso, as estratégias e seus objetivos para manter encarceradas pessoas, sob tutela do Estado, suplantaram os demais objetivos do encarceramento, como o investimento na recuperação dos indivíduos, e perpassam, ainda hoje, as infinitesimais táticas criadas e recriadas cotidianamente entre os reclusos e os funcionários de cada unidade prisional. Além disso, as táticas criadas internamente geram conflitos entre os presos, entre eles e os funcionários das prisões e conflitos entre os funcionários das áreas de segurança e de tratamento.

Nível do trabalho: Doutorado - D

Palavras-chave: Panoptismo, prisão, estratégias de controle

Campo do conhecimento: Memória Social

UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO E MEMÓRIAS EM ILHA GRANDE. *José Paulo de Moraes Souza*** (Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ; Escola de Gestão Penitenciária da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, RJ)

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as relações tecidas no processo de trabalho entre funcionários e presos no Instituto Penal Cândido Mendes em Ilha Grande, Rio de Janeiro, no período de 1956 a 1994, data de sua implosão, à luz do campo interdisciplinar da Memória Social. Esta pesquisa, realizada nos anos de 2011 e 2012, teve como corpus primário entrevistas semiestruturadas com antigos funcionários - assistentes sociais, agentes penitenciários e policiais - que trabalharam no presídio com diferentes funções e olhares sobre o processo de trabalho. As legislações que normatizaram a criação da instituição à época também integram os dados deste estudo. A construção do presídio na Ilha Grande, afastada da capital federal, objetivava o isolamento de presidiários que, ora desagradavam o processo de higienização da cidade, ora eram descritos como perigosos, ou ainda, discordantes políticos do regime militar à época. A análise dessas relações de trabalho sob a perspectiva dos entrevistados trouxe-nos pistas para uma melhor compreensão das condições de trabalho que resultaram no sistema prisional atual. Podemos pensar a Memória Social como construção de saberes a partir das memórias individuais de trabalhadores que conviveram com o recorte selecionado para a pesquisa. Tomando por base o contexto sócio-histórico, privilegamos a narrativa das memórias para o entendimento das várias práticas e rotinas de trabalho naquela instituição. Nessa leitura, foi fundamental considerarmos a experiência de quem vivenciou aquela realidade prisional e não apenas de quem planejou – muitas vezes à distância – as ações para o ordenamento e o funcionamento do espaço-prisão que, nesse contexto, foram perpassadas pela ditadura militar e pela formação de facções nos presídios. Quanto ao trabalho, este é constitutivo do ser social, porém o ser social não se reduz no trabalho, ou seja, quanto mais o ser social se desenvolve, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. O desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade e de uma sensibilidade que criam objetivações e subjetivações próprias. Nesse sentido, algumas considerações podem ser apontadas como resultado da presente pesquisa. A mão de obra do funcionário foi utilizada como forma de pressão ao preso, pelo poder público, estratégia que se replica entre os próprios presos em um processo contínuo e

que hoje é utilizado pelas facções. O funcionário exercia várias funções, a despeito de não possuir formação ou qualificação e dispor de pouco ou nenhum recurso. Desse processo resultou a circularidade de práticas segundo a qual o funcionário acaba repassando o tratamento recebido do Estado ao preso, o mesmo sujeito que ele espera transformar e educar para o retorno à sociedade, mas que, de fato, não recebe o suporte para tal.

Nível do trabalho: Doutorado - D

Palavras-chave: Prisão; Trabalho; Memórias

Campo do conhecimento: Memória Social

PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E RELAÇÕES SOCIAIS PELO TRABALHO NO CÁRCERE. *Lobelia da Silva Faceira (Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)*

O trabalho é constitutivo do ser social, porém o ser social não se reduz no trabalho, ou seja, quanto mais o ser social se desenvolve, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. O desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade e de uma sensibilidade que criam objetivações e subjetividades próprias. 2. A pesquisa tem o objetivo de analisar a memória social do trabalho na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, localizada no complexo penitenciário de Gericinó, e suas mediações no processo de constituição e reconstituição da vida social dos presos. A pesquisa social é de natureza qualitativa, tendo como público alvo os 180 presos, que estão inseridos em atividades laborativas, na penitenciária descrita anteriormente. As técnicas de coleta de dados utilizadas são as entrevistas semiestruturadas, análise de documentação e discussão em grupo, sendo os dados analisados com base na análise de conteúdo. A concepção básica do trabalho do preso, na Lei de Execuções Penais (1984), está alicerçada na possibilidade de oferecer um aprendizado profissional, uma remuneração e, principalmente, possibilitar o apressamento da liberdade, uma vez que a cada três dias trabalhados, há redução de um dia na pena a ser cumprida. Historicamente, a concepção de trabalho nas prisões está relacionada ao objetivo de minimizar a ociosidade e tensões dos presos no cotidiano prisional, reforçando o traço disciplinador e controlador da prisão. Não podemos esquecer o aspecto econômico do trabalho prisional, ou seja, através do trabalho os presos têm acesso a uma remuneração, utilizada para o custeio de parte de suas despesas dentro da prisão e ainda para contribuir com o orçamento de sua família. Outro aspecto econômico e político consiste no desenvolvimento de atividades administrativas, de limpeza e manutenção pelos presos no interior da unidade prisional, suprimindo a ausência de força de trabalho e o investimento em infraestrutura, por parte do aparelho público estatal. Também existe a dimensão econômica do aumento de lucratividade das empresas, que utilizam a força de trabalho dos presos, uma vez que os mesmos não são empregados formais. A empresa também reduz seus custos na instalação da unidade de produção, pois utiliza a infraestrutura das prisões, não tendo gastos com água e energia elétrica. O trabalho nas prisões tem outras facetas que não somente a profissionalização da pessoa e a perspectiva de remição da pena. Contraditoriamente, retrata, por um lado, a submissão individual e o ajustamento a um aparelho de produção do capital e, por outro, é um espaço de produção e reprodução de subjetividade e relações sociais no cárcere, sendo proposta da pesquisa repensar estas questões.

Nível do trabalho: Pesquisador - P

Palavras-chave: trabalho, prisão, subjetividade.

Área da Psicologia: SOCIAL - Psicologia Social

PROFISSIONALIZAÇÃO E CARNAVAL: UMA ALTERNATIVA PARA A ESCOLA PRISIONAL. *Leila Dupret (Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ)*

O objetivo da pesquisa em tela é o de analisar a subjetividade pessoal e social de detentos diante da possibilidade de acesso ao ensino profissional ministrado em escolas prisionais, previsto pela Lei de Execução Penal – Nº 7.210/ 84. Partindo-se do princípio de que este patamar de escolaridade pode ser em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico, e de que as atividades podem ser de responsabilidade de entidades públicas ou particulares, desde que ofereçam cursos especializados e recursos adequados para efetivá-las, entende-se que o universo de oportunidades se expande para oferecer alternativas mais próximas à realidade do estudante e com tecnologia atualizada. Obviamente, é fundamental contextualizar o espaço em que se desenvolve esta pesquisa, tendo em vista suas características específicas, pois mesmo se tratando de suporte educativo, o ambiente em que se desenvolve difere daquele das escolas de rede pública ou privada que não estão cercadas pelos muros prisionais. Isto porque, na condição de “instituição total”, o presídio dispõe de mecanismos que promovem despersonalização em massa, além de procedimentos funcionais que tentam garantir ações punitivas em razão de constantes olhares vigiantes. Além disso, as relações pessoais que se estabelecem em ambientes desta natureza são distintas das que se encontram em escolas regulares comuns, nas quais uma das prioridades é o estabelecimento da civilidade, ainda que a competitividade tenha uma relação de pertencimento estreita, pois que constitui a ideologia vigente. Sendo assim, o modo de trabalhar pedagogicamente exige uma metodologia apropriada ao contexto e aos sujeitos desse ambiente educativo em que pese o respeito aos saberes advindos das experiências dos alunos e, principalmente, seus projetos de vida, porque qualquer pessoa que adentra um espaço escolar/educacional traz consigo propósitos e metas a serem conquistados, que na maior parte das vezes são desprezados pelos professores, mas que são pontos de partida legítimos para os educadores. Nesta perspectiva, o aluno-presos há que ser visto em sua especificidade pessoal e de grupo para que um trabalho educativo possa ser realizado com êxito. Embora exista uma linha teórico-metodológica de alicerces psicológicos que sustenta uma pedagogia voltada à mera reprodução de conhecimento, insistindo em apenas oferecer informações programadas de forma generalizada a serem repetidas, a visão epistemológica deste trabalho é de outra ordem, priorizando o viés qualitativo em que a produção de conhecimento se dá a partir da ótica construtivo-interpretativa do sujeito conhecedor, atravessada por sua própria história de vida. Além disso, defende que o sujeito se desenvolve continuamente, obedecendo a uma dinâmica relacional estabelecida com outros sujeitos e com os recursos disponíveis sócio-historicamente. Nesta configuração, educadores e seus educandos convergem em seus objetivos que se traduzem no processo de aprender com autonomia, independência e autoria, onde a inventividade e a criatividade encontram espaço e eco. A proposta sugere então que as demandas de profissionais de diferentes especialidades exigidas para compor o desfile de uma escola de samba no carnaval do Rio de Janeiro, e que precisam de cursos especializados, atenderiam aos critérios e requisitos definidos como educacionais para escolas prisionais.

Nível do trabalho: Pós-Doutorado - PD

Palavras-chave: ensino profissional, escola prisional, escola de samba



Parte integrante dos resumos de Comunicação Científica apresentados durante
a 43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Aracaju, 2013.

ISSN 2176-5243

Área da Psicologia: ESC - Psicologia Escolar e da Educação